



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA**

UFSC NA MÍDIA - CLIPPING



Agcom
Agência de
Comunicação
da UFSC

07, 08 e 09 de março de 2015

Notícias do Dia
Geral
"Confusão e denúncia"

UFSC / MPF / Confronto / Levante do bosque / Ministério Público Federal / Polícia Federal / João Marques Brandão Neto / Justiça Federal / PF / PM / Roselane Neckel / CFH / Centro de Filosofia e Ciências Humanas / Paulo César Barcellos Cassiano Júnior / Tráfico

Confusão e denúncia

UFSC. O MPF deverá se pronunciar ainda neste mês sobre o confronto

COLOMBO DE SOUZA
redacao@noticiasdodia.com.br
@ND_online

Às vésperas de completar um ano da confusão que ficou conhecida como "levante do bosque", na UFSC, o MPF (Ministério Público Federal) deve se pronunciar sobre o ocorrido ainda neste mês. O confronto aconteceu dia 25 de março, quando alunos e professores tentavam impedir a detenção de três estudantes pela Polícia Federal.

O procurador federal João Marques Brandão Neto manteve sigilo sobre o conteúdo e afirmou que antes do dia 25 a denúncia será encaminhada à Justiça Federal. Ele não adiantou nada sobre a decisão que adotará. Só disse que o inquérito é complexo porque envolve muita gente, mas deixou claro que alguém será denunciado.

Naquele dia, os policiais detiveram um aluno com cigarro de maconha e tentavam conduzi-lo à sede da PF. Amigos e alguns professores se revoltaram, travando uma batalha com os policiais federais, que acionaram a PM. Houve excessos de ambas as partes: viaturas danificadas, gás de pimenta e bombas de gás lançadas contra a multidão – e policiais e alunos feridos. A ação da polícia foi repudiada pela reitora Roselane Neckel.



Batalha. Alunos e policiais entraram em choque no dia 25 de março de 2014

Troca de farpas entre a universidade e a PF

No local do conflito, próximo ao CFCH (Centro de Filosofia e Ciências Humanas), funciona uma creche. Os detalhes do confronto serão analisados pelo procurador federal, que decidirá quem será denunciado por danos ao patrimônio.

A movimentação da PF no campus, coordenada pelo delegado

Paulo César Barcellos Cassiano Júnior, rendeu trocas de farpas entre UFSC e PF. Os federais foram ao campus identificar e reprimir o tráfico. Na época, Paulo César ressaltou que a "UFSC é um antro de prática de crimes" e afirmou que não permitiria que a reitora transformasse a universidade em uma "república de maconheiros".

Notícias do Dia
Ana Lavratti
"Mix"

Feira de Livros / Centro de Convivência / UFSC

MIX
DE HOJE ATÉ 8 DE ABRIL
várias editoras integram a
Feira de Livros, no Centro de
Convivência da UFSC, com
preços promocionais.

Diário Catarinense
Fabiano Moraes
"Aviões de papel na UFSC"

Red Bull / Competições / Desafio do Ovo / Torneio de aviões de papel /
Brasil / Red Bull Paper Wings / Brasília / Florianópolis / Centro de Cultura e
Eventos / UFSC / Salzburg / Áustria



**AVIÕES DE PAPEL
NA UFSC**

A marca Red Bull sempre inventa umas competições malucas, como a do Desafio do Ovo, agora é um torneio de aviões de papel. O Brasil é bicampeão mundial do Red Bull Paper Wings e receberá a competição pela quarta vez. As seletivas serão realizadas em mais de 20 universidades de todo país para definir os estudantes que disputarão a final nacional, realizada no dia 8 de abril, em Brasília. Em Florianópolis, a etapa será realizada no próximo dia 20, às 8h, no Centro de Cultura e Eventos da UFSC, no Hall dos Auditórios, no 2º andar. Os campeões nacionais garantem um ticket para a final mundial, que ocorre nos dias 8 e 9 de maio, na cidade de Salzburg, na Áustria. As inscrições para a competição são gratuitas e os interessados devem se inscrever no site redbullpaperwings.com.

Como funciona

Os estudantes poderão se inscrever em duas categorias: tempo de voo e distância. Na primeira, ganha a aeronave que permanecer no ar por mais tempo, enquanto na competição de distância, vence o avião que voar mais longe. Os cinco melhores em cada categoria garantem vaga na final nacional, quando serão definidos os dois campeões brasileiros que viajarão para a Áustria.

A Notícia
Rubens Herbst
"Etapas para o parque natural"

Profícuo / Salim Miguel / Livro / Nós / Editora da UFSC / Brasília

Profícuo

Aos 91 anos, o escritor e jornalista catarinense Salim Miguel concluiu um novo livro, o romance policial *Nós*, que a Editora da UFSC acaba de publicar. A história se passa em Brasília, cidade onde o autor mora atualmente.

Notícias do Dia Cidade

"Incentivo ao trote solidário"

Volta às aulas / Veteranos / UFSC / Trotes / Recepção / Trote solidário / Centros Acadêmicos / Integração / Novatos / Calouros / Bullying / Atividades culturais / Oficinas / Palestras / Jairo Bauer / DCE / Diretório Central dos Estudantes / Bruno Magnus / Gabriel Shiozawa / Centro Acadêmico de Jornalismo / Corte de recursos / Orçamento / Moradia estudantil / Restaurante Universitário / Ensino / Pesquisa / Extensão / Doação de sangue / Centro Tecnológico / Solidariedade / Alimento / Roupas / Francisco Teixeira



Volta às aulas. Veteranos da UFSC abandonam "trotes sujos" e apostam em recepção amistosa aos novos alunos. Página 7

Que venham os calouros

Incentivo ao trote solidário

UFSC. No primeiro dia de aula em 2015, centros acadêmicos excluem recepções violentas

RAFAEL THOMÉ
rafael.thome@noticiasdodia.com.br
@ND_Online

Corte de cabelo, incentivo à maratona alcoólica e outros trotes que envergonham calouros são cada vez mais raros na UFSC. Hoje, a instituição de ensino abre as portas para o ano letivo com foco na integração entre veteranos e novatos dos cursos presenciais de graduação. Em vez de *bullying* e opressão, a recepção aos 6.511 novos alunos (3.125 começam no segundo semestre) será repleta de atividades culturais, oficinas e palestras que visam integrar os estudantes ao meio acadêmico.

Além da abertura promovida pela reitoria, com palestra do médico e educador Jairo Bauer, entre outras ações, o DCE (Diretório Central dos Estudantes) fará a recepção ao longo das próximas semanas. "Temos uma política contrária a trotes que expõem os calouros a situações vexatórias. Preparamos uma programação

completa, com atividades para integrá-los ao meio universitário e informá-los sobre seus direitos e oportunidades enquanto estudantes da UFSC", afirmou o graduando de administração e integrante do DCE, Bruno Magnus, 24.

Esse pensamento faz parte de um processo permanente de transformação que tem ganhado novos adeptos. "Alguns espaços têm resistência a essa discussão, não acham que seja opressivo ou machista. Por outro lado, há um interesse muito grande dos estudantes em desconstruir essas práticas", contou o estudante Gabriel Shiozawa, 21, membro do Centro Acadêmico de Jornalismo.

Para Shiozawa, o modelo amistoso de recepção, que substitui o chamado trote sujo por atividades culturais e de conscientização, também incentiva os calouros a levar essa prática adiante. "Quando tem uma recepção sem hostilidade, mais leve e amistosa, as turmas acabam repetindo isso nos anos seguintes", afirmou.

Estudantes temem corte de recursos

Não é só com a recepção aos calouros que os veteranos se preocupam neste começo de ano letivo. Um corte no orçamento foi anunciado pela reitoria em 2014 e deve ser colocado em prática neste ano, fato que causa incômodo em parte dos alunos. "O temor é que atinja os estudantes, até porque a moradia estudantil e o restaurante universitário já estão prejudicados. O prognóstico é que a situação fique ainda mais delicada", afirmou Gabriel Shiozawa, que ainda acredita

em um ano de mobilizações. No âmbito geral, a preocupação maior está no pilar ensino, pesquisa e extensão, a base de qualquer universidade. Na visão do graduando em jornalismo, as instituições estão distantes de cumprir seu papel. "A universidade brasileira, como um todo, está longe de pensar a sociedade e produzir conhecimento emancipador. Ensino, pesquisa e extensão estão muito desarticulados, sendo que a extensão chega a ser ridícula. Não há inserção na comunidade", encerrou.



Planos. No campus do bairro Trindade, em Florianópolis, alguns alunos já se preparam para a volta às atividades



Modelo. Gabriel espera manutenção das práticas

Doação de sangue e alimentos

A maioria dos cursos tem seu próprio trote, mas centros acadêmicos e DCE acabam "puxando a fila" ao longo das primeiras semanas. Este ano, os cursos do Centro Tecnológico (as engenharias, ciências da computação e sistemas de informação), por exemplo, vão realizar uma ação integrada para incentivar a solidariedade entre alunos e comunidade.

"O trote terá três provas de doação: sangue, alimento e roupas. O espírito é reunir uma grande quantidade para ajudar o próximo, além de promover a integração das pessoas novas. Começaremos uma gincana na primeira semana, para os calouros irem recolhendo as doações até o dia 21 de março", disse o estudante de Sistemas de Informação, Francisco Teixeira.

Outros centros acadêmicos também farão recepção integrada ao longo do primeiro mês, com atividades que abordam o ambiente universitário e questões de relevância para a sociedade. Além disso, alguns cursos terão atividades voltadas exclusivamente para a área de atuação, como é o caso do jornalismo. "Na quinta-feira, teremos sarau, oficinas artísticas e um palco livre para apresentações musicais", exemplificou Gabriel.

Notícias do Dia Especial

“Padrão reflete luta de classes”

Luta de classes / Joana Maria Pedro / UFSC / Gênero / Beleza / Mulheres /
Nahomie Laureore

Padrão reflete luta de classes

Para a historiadora Joana Maria Pedro, professora da UFSC e estudiosa da questão de gênero, além da sociedade machista, a busca por um padrão ideal de beleza reflete também a luta de classes. “A demonstração de que se é de uma classe superior é feita muitas vezes por meio das mulheres. Nos séculos 15, 16 e 17, mulheres gordas representavam riqueza familiar. Isso era uma forma de distinção”, explica. “Nos dias de hoje, as moças de família de classe média/alta urbana vão buscar a magreza e determinado tipo de beleza. Não são as trabalhadoras que aceitam essa ditadura. É muito mais uma forma de distinguir quem é de elite”, opina. Para Joana, o machismo também se mostra porque “há uma relação de desigualdade na medida em que se exige muito mais das mulheres do que dos homens a beleza dentro do padrão”. Pessoas como as entrevistadas nesta matéria especial, que propõem uma ruptura com o estereótipo, são, para a historiadora, exceções. “Pouca gente rompe. São grupos mais conscientes. O que eu vejo em sua maioria são as pessoas tentando seguir os padrões estabelecidos pelas modelos”, afirma. E esta padronização, percebe, tem atingido as meninas cada vez mais cedo, como o exemplo dado por Nahomie Laureore, de que crianças de cabelos crespos querem que sejam lisos. “Essa criança não nasceu com essa preocupação. Isso ela vê pelas outras mulheres, na televisão”, critica. O padrão, de acordo com Joana, é este: brancas, magras, de cabelo liso, altas. Apesar das críticas, a professora prevê mudanças, que só ocorrerão, salienta, se as mulheres procurarem sua independência. “O que a gente tem buscado é que as mulheres tenham formação, se aprimorem, se aperfeiçoem, que tenham condições de exercer qualquer atividade que as tornem independentes de sua beleza e juventude”, projeta.

“

Hoje, as moças de família de classe média/alta urbana vão buscar a magreza e determinado tipo de beleza



Notícias do Dia - Especial

“Passageiros reclamam de lotação”

Passageiros / Lotação / Ônibus / Linhas intermunicipais / Transporte intermunicipal / Florianópolis / Loteamento Dona Wanda / Marlene Juttel / TCE / BR-101 / São José / Palhoça / Biguaçu / Estácio de Sá / Barreiros / Camila Meira / Bruna Pereira / Serraria / Deter / Lei da Mobilidade Urbana / Grande Florianópolis / Transporte coletivo / Tribunal de Contas de Santa Catarina / Departamento Estadual de Transportes e Terminais / Jotur / Santa Terezinha / Estrela / Cleber Muniz Gavi / Neri Francisco Garcia / Cálculo tarifário / Ministério dos Transportes / Setuf / Sindicato de Empresas de Transportes Urbanos de Passageiros da Grande Florianópolis / Sistema de bilhetagem eletrônica / Sistema de Transporte de Passageiros Intermunicipal / Controle automatizado de passageiros / Gildo Formento / UFSC / Universidade Federal de Santa Catarina / Laboratório de Transportes e Logística / LabTrans / Política de transportes / Plamus / Plano de Mobilidade Urbana Sustentável / Rodolfo Philippi



Reclamação. Marlene afirma que qualidade dos coletivos é péssima e reivindica mais horários nas linhas

Passageiros reclamam de lotação

Ônibus. Linhas intermunicipais não acompanham crescimento dos bairros e sucateiam o serviço

O reflexo dos problemas no transporte intermunicipal é sentido pelos usuários diariamente nas viagens entre os municípios vizinhos e o Centro de Florianópolis. “A qualidade é péssima. Não existem horários suficientes e os ônibus estão sempre lotados. No Wanda (loteamento Dona Wanda) saíram muitos condomínios e nenhum horário novo”, conta Marlene Juttel, professora da rede municipal de ensino. Moradora do bairro há 15 anos, ela comenta que, agora, as ruas são asfaltadas, existem creches, supermercados e os serviços cresceram consideravelmente de acordo com a população, “mas os ônibus são a mesma coisa, não melhorou em nada”.

A falta de estudo técnico para criação de linhas apontada pelo TCE, além de encarecer os custos de operação e acelerar o desgaste da frota, tornam o

serviço ineficiente. Os bairros às margens da BR-101 em São José, Palhoça e Biguaçu são atendidos cada um com uma linha que vai até o Centro da Capital. A sobreposição de linhas, devido à falta de estudos, alonga percursos e causa desgaste na frota. A conta é cobrada diretamente no valor da tarifa. Enquanto isso, o relatório aponta que o retorno dos investidores atinge índices acima dos praticados no mercado.

As principais reclamações dos passageiros são a falta de horários, ônibus lotados e linhas ineficientes. Estudante de farmácia na Estácio de Sá, em Barreiros, São José, para onde vai todos os dias no horário de pico, Camila Meira, 19 anos, não vê esperança de melhorias no transporte. “Parece não existir saída. As manifestações foram boas, mudaram, mas também não adianta só fazer manifestação, as coisas têm que funcionar de outra forma”, lamenta.

Relatório recomenda estudo de itinerário

“Pobre não sai de casa no fim de semana”, diz indignada Bruna Pereira, 26 anos. “Não temos outra opção de transporte. Há mais de dez anos que os horários são os mesmos, mas o bairro só cresce. Você viu a volta que ele dá no bairro? Era preciso novas linhas, mais horários”, disse durante a viagem diária que faz entre o Centro de Florianópolis e Serraria, São José, no ônibus de 17h50.

Segundo a auditoria do TCE, o Deter não cumpre as determinações da Lei da Mobilidade Urbana, pois a definição das linhas teve como base “experiências anteriores” e não tem como prioridade “o conhecimento da demanda atual”. O uso correto, como determina a lei federal, poderia prevenir o “possível acúmulo de linhas em mesmos trajetos e horários” e a adequação de linhas subutilizadas ou superutilizadas. Por isso, a auditoria sugere que as linhas sejam definidas com base em estudos técnicos de origem e destino com avaliações a cada quatro anos seguindo critérios operacionais, econômicos, financeiros e sociais para alteração e criação de novas linhas.

Leia amanhã: Sistema de executivos criado sem estudo aumenta preço do convencional e prejudica trânsito na Capital, diz TCE



Aperto. Usuários das linhas convencionais convivem com a má qualidade do transporte, ônibus superlotados e horários e linhas insuficientes

Falhas sobre rodas

Grande Florianópolis. Auditoria do TCE aponta 22 irregularidades no transporte intermunicipal

LÚCIO LAMBRANHO, FÁBIO BISPO
E LEONARDO THOMÉ
redacao@noticiasdodia.com.br
@ND_online

Onze irregularidades nas linhas intermunicipais de transporte coletivo da Grande Florianópolis aumentam o valor da tarifa paga pelo usuário. As falhas encontradas por uma auditoria do TCE-SC (Tribunal de Contas de Santa Catarina) no cálculo realizado pelo Deter (Departamento Estadual de Transportes e Terminais) são apenas a metade dos problemas do sistema de transporte coletivo na região. Segundo os dados aos quais o *Notícias do Dia* teve acesso com exclusividade, o preço pago para as quatro empresas que operam o sistema (Jotur, Biguaçu, Santa Terezinha e Estrela) não contém desconto para compra antecipada de créditos de passagem, permitindo a remuneração indevida das empresas prestadoras do serviço. Para o TCE-SC, a metodologia cria a "possibilidade de ganhos financeiros" com a aplicação dos recursos em compras antecipadas pelas empresas, permitindo a realização de custos menores.

A taxa interna de retorno no sistema de transporte da região está acima de outras operações semelhantes no mercado brasileiro. O edital do transporte coletivo da Capital, por exemplo, prevê uma taxa de 8,61%. Nas rodovias federais, os contratos têm taxa fixada pelo governo federal em rodovias como a BR-101 de 7,2%. A taxa das empresas do setor na Grande Florianópolis é de 12%. "Isso significa

que a taxa adotada pelo cálculo tarifário se mostra desrazoada, pois remunera o investidor em percentuais muito acima das adotadas no mercado para outros investimentos de maior risco ou mesmo para o próprio setor de transporte rodoviário coletivo intermunicipal de passageiros", afirma a auditoria.

A auditoria operacional começou em março de 2013, quando o TCE pediu documentos ao Deter. Em julho do mesmo ano, foi realizada uma reunião com técnicos do departamento sobre a atuação das quatro empresas que atuam no transporte intermunicipal. O relatório contendo as 22 irregularidades foi concluído em 19 de maio de 2014. O relator do processo é o conselheiro Cleber Muniz Gavi, mas o caso ainda está sendo analisado pelo Ministério Público de Contas desde novembro do ano passado.

Segundo a assessoria de comunicação do TCE-SC, o relatório foi encaminhado em junho de 2014 para o então presidente do Deter, Neri Francisco Garcia. Após a apresentação das justificativas a área técnica manteve 20 das 22 determinações ao Deter, além da sugestão de apresentação de um plano de ação para regularizar as falhas apontadas, principalmente no cálculo da tarifa. Os auditores passaram para recomendações duas questões: a implantação de uma bilhetagem eletrônica em todos os veículos da frota do sistema intermunicipal e um sistema de controle que permita os valores devidos e recebidos das empresas da taxa de fiscalização (TF), "em atenção às boas práticas gerenciais."

• Leia mais sobre as irregularidades no transporte intermunicipal nas páginas 4 e 5



O *Notícias do Dia* abre nesta edição série sobre o transporte público intermunicipal. A reportagem especial terá sequência nas edições de terça e quarta-feira.

MAIS IRREGULARIDADES Demais apontamentos do TCE

- 1 Utilização de metodologia de cálculo tarifário que não é baseada na eficiência da prestação do serviço
- 2 Implantação do sistema executivo desvinculado do sistema convencional, gerando impacto na redução na demanda das linhas convencionais e aumento da tarifa
- 3 Ausência de fundamentação para as receitas com publicidade
- 4 Inexistência de matriz de risco associada ao contrato de concessão do transporte coletivo de passageiros, em desobediência à legislação federal

Índice de desgaste é 2.325 % maior

O estudo do Tribunal de Contas também demonstra que o cálculo da tarifa tem com referência índices diferente dos recomendados pelo Ministério dos Transportes em relação à vida útil dos pneus frente a novas tecnologias e à ausência de estudos para definir com clareza o coeficiente de remuneração de máquinas, instalações e equipamentos, além das peças e acessórios. No item de máquinas, instalações e equipamentos, técnicos apontam diferença gritante entre o coeficiente adotado pelo manual do Deter e o recomendado pelo ministério. No Deter é de 0,0035 ou 0,93% ano do preço do veículo novo combinado (veículo-padrão médio). Já segundo o manual federal, o indicativo desse coeficiente é de 0,0004 ou 0,04%. Ou seja, o índice que vem sendo utilizado na conta da tarifa é de 2.325 % maior.

Além dessas duas questões, o Deter não fez nenhuma apreciação para avaliar o impacto das reduções de tributos concedidos para o setor pelo governo federal. Pela medida provisória 617 de 2013, o governo federal reduziu a zero as alíquotas do PIS/Pasep e da Cofins sobre os serviços de transporte coletivo.

Já a lei federal de 2012 previu desoneração na folha de pagamento das empresas de transporte de passageiros. Mas o Deter, diz a auditoria, acredita que a redução desses tributos não teria impacto financeiro na redução dos custos, pois o modelo tarifário não contempla esses quesitos. Mas os técnicos do TCE encontraram a previsão destes encargos sociais no manual de cálculo tarifário do Deter. Conforme o TCE, o fato é que as empresas têm obrigação legal de pagar esses tributos, obtendo benefício fiscal com as medidas anunciadas.

Venda de créditos

Outro ponto questionado pelo TCE é que o cálculo da passagem não considera a redução de custos administrativos com a operação centralizada de venda de créditos realizada pelo Setuf (Sindicato de Empresas de Transportes Urbanos de Passageiros da Grande Florianópolis). Para cada empresa que opera o sistema, informa a auditoria, é prevista uma despesa com pessoal que considera, entre outros custos, a despesa administrativa de venda de créditos. "Essa redução de custos, porém, não é repassada à tarifa em prol de sua modicidade, pois o cálculo tarifário continua considerando custos de pessoal de forma segmentada evidenciando que cada empresa realiza o serviço individualmente", afirmam os auditores.

Dados de baixa confiabilidade

Os dados do TCE revelam mais problemas que o Deter não tem, segundo auditoria: controle. Um dos mais graves é a incompatibilidade entre sistemas do Deter e da empresa que realiza a contagem de passageiros. "Por consequência, os dados enviados pelas empresas ao Deter, com relação ao número de passageiros transportados, são de baixa confiabilidade", afirma o TCE.

Os auditores recomendam que é necessária a implantação do sistema de bilheteagem eletrônica em todos os ônibus e que o software de gestão da bilheteagem eletrônica seja atualizado a cada quatro anos. "Tal condição deve permitir o exercício do controle online dos dados de passageiros pelo Deter", recomenda o TCE.

Os dados do TCE revelam que o Sistema de Transporte de Passageiros Intermunicipal, fiscalizado pelo Deter, não opera com a tecnologia da bilheteagem eletrônica. Apenas algumas empresas implantaram, por conta própria, e em alguns ônibus, sistema e dispositivos de controle automatizado de passageiros. Com base nestas informações é calculada a taxa de fiscalização (TF). "A inexistência do sistema de bilheteagem eletrônica ocorre da omissão do Deter em exigir a sua implementação pelas empresas prestadoras, o que resulta na baixa confiabilidade dos dados", relataram os auditores.

Estudo encomendado à UFSC em 2010 não saiu do papel

Sugestões da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) para novo cálculo da tarifa foram entregues em 2010, mas ainda não foram implantadas e custaram pelo menos R\$ 1 milhão. O Deter informou ao ND que a maior parte dos problemas encontrados pelo TCE-SC serão resolvidos por projeto desenvolvido pela UFSC. "O Laboratório de Transportes da UFSC fora contratado para elaborar nova política de transportes para suplantará a legislação vigente, que data de 1980. Este projeto servirá como ponto inicial para renovar a legislação e amparar os novos modelo de concessão a serem realizados por este órgão", diz o comunicado do Deter.

Além disso, a autarquia afirma que o governo do Estado, através da SC Parcerias, conduz o Plamus (Plano de Mobilidade Urbana Sustentável) que se trata de um estudo técnico que apresentará

soluções para os problemas de mobilidade urbana nos 13 municípios da Grande Florianópolis, e incluirá estudos de demanda atualizados dos passageiros desta região metropolitana. No caso da UFSC, o professor Rodolfo Philippi, do Laboratório de Transportes e Logística (LabTrans) da universidade, disse ao ND que o estudo de um novo modelo de cálculo tarifário para o transporte rodoviário foi entregue ao Deter em maio de 2010. E que um projeto sobre a política estadual de transporte foi repassada ao órgão no final de 2014. Segundo Philippi, que coordenou o trabalho, na questão da tarifa a análise feita após dois anos de trabalho entre 2008 e 2010 sugeriu que o cálculo fosse feito por regiões, como no caso da região metropolitana. "Não posso garantir de que não esteja em implantação, mas pelos dados da auditoria do TCE acredito

que nada tenha sido feito ainda", avaliou.

O portal da transparência do governo estadual registra apenas os pagamentos feitos à UFSC a partir da 11ª parcela, de R\$ 43.200,55, em abril de 2009, e referente ao contrato de estudo de novo cálculo tarifário. Não há informações sobre o segundo projeto elaborado pelo Labtrans, mas que se destinou, segundo o professor, para elaboração de um plano estadual de transportes. Entre 2009 e 2010 foram repassados à UFSC para remunerar o primeiro projeto R\$ 1.037.319,66. Procurada, a UFSC disse que só poderia repassar informações sobre os valores dos dois contratos por meio da lei de acesso à informação. O Deter afirma que o valor pago à UFSC é menor, de R\$ 468,6 mil, e não considera os pagamentos descritos no portal da transparência no valor de R\$ 466.719,66 em 2009.

Ineficiência. Loteamento Dona Wanda cresceu nos últimos anos, mas bairro não ganhou nenhuma nova linha de ônibus



Empresa se defende

Questionado sobre a auditoria do TCE, que diz ser incompatível o sistema de bilheteagem eletrônica das empresas de transporte intermunicipal de passageiros com o do Deter, Gildo Formento, diretor da Estrela, garantiu que o sistema que calcula o número de passageiros transportados e regula o preço da passagem foi aprovado pelo Deter antes de sua implantação. Ele sustenta que toda base de dados é disponibilizada à autarquia. "Os técnicos do Deter podem elaborar os relatórios que desejarem. O Deter tem à disposição todas as informações", afirmou.

Segundo o diretor, cada empresa fornece estas informações diretamente no site do Deter e este emite a guia para pagamento. "A Estrela recolhe estes valores com base nos dados oriundos do sistema de bilheteagem eletrônica da base de dados disponibilizada pelo Setuf [Sindicato das Empresas de Transporte Urbano de Florianópolis], onde o Deter também tem acesso livre para confirmar os dados. Nossa empresa está à disposição de qualquer auditoria para comprovar a veracidade dos dados", diz. O ND tentou ouvir as demais empresas, mas não teve retorno aos pedidos de informações.

A reportagem relacionou alguns pontos do relatório e enviou ao Deter, que detalhou o funcionamento e apontou possíveis soluções aos problemas apresentados

Em todos os questionamentos relacionados pela auditoria, o Deter admite os problemas citados pelo TCE-SC e a possibilidade de revisão no cálculo da tarifa, apesar de já ter recebido o estudo há quatro anos da UFSC. Veja as demais respostas do Deter sobre questões relacionadas com tarifa e bilheteagem eletrônica.

Ausência de descontos para aquisição antecipada de créditos de passagem, permitindo a remuneração indevida dos prestadores de serviço.

● O Deter está analisando normatização para evitar o prejuízo do usuário neste quesito. A regulamentação existente prevê a possibilidade de tarifas diferenciadas para os usuários que efetuam compra antecipada de passagens.

Cálculo tarifário não considera a redução dos custos administrativos, advindos da operação centralizada de arrecadação pelo Setuf.

● O Deter estuda formas de adequar a metodologia de cálculo tarifário visando a implantação em definitivo. Alguns pontos a serem revisados são o coeficiente de custo administrativo e o coeficiente de custo de pessoal de administração.

A taxa de remuneração do capital praticado no Cálculo Tarifário não reflete as características

mercado, permitindo, inclusive, a remuneração do investidor em percentuais superiores aos esperados no setor.

● "A taxa de 12% foi indicada no estudo realizado pelo Laboratório de Transportes da UFSC para formulação de nova metodologia de Cálculo Tarifário. Contudo, este valor está sujeito à reavaliação e deverá ser atualizado para o novo modelo de concessão a ser realizado no futuro".

Ausência de fundamentação para as receitas com publicidade.

● "O projeto da nova Política de Transportes e que servirá como base para o novo modelo de concessão, prevê receitas complementares com objetivo de favorecer a modicidade tarifária. O novo modelo de cálculo prevê a contabilização destas receitas como forma de abatimento de custos no preço final da tarifa".

Planilha tarifária inadequada em relação à vida útil dos pneus frente a novas tecnologias. Questionamento sobre peças e acessórios e máquinas, instalações e equipamentos.

● Segundo o Deter, os coeficientes foram indicados no estudo do LabTrans da UFSC para formulação de nova metodologia de Cálculo Tarifário. "Contudo, este valor está sujeito a reavaliação e deverá ser atualizado para o novo modelo de concessão".

Ausência de estudo para avaliar o impacto das reduções de tributos, de acordo com a MP 617/2013 e a Lei Federal 12.715/2012.

O que diz o Deter

● "A nova metodologia de cálculo tarifário, em fase de implantação, apresenta campos específicos para inserção das alíquotas das contribuições referentes à legislação citada (PIS e Cofins). Redução das alíquotas implica redução direta nos valores tarifários."

Inexistência de matriz de risco associada ao contrato de concessão do transporte coletivo de passageiros e de indicadores de qualidade para avaliação do serviço.

● "O instrumento da matriz de risco não é atualmente aplicado pelo Deter, contudo, o órgão lida com informações que formariam esta matriz no sistema de transporte, como a demanda e receita de linhas e influência sobre a normatização e tributação do sistema. A nova Política de Transportes prevê a reestruturação do órgão gestor, dando ênfase para o tratamento e análise das informações do sistema. A nova Política de Transportes prevê a criação de Sistema de Avaliação de Desempenho do Transporte Intermunicipal de Passageiros".

Inexistência de sistema de bilheteagem eletrônica, contrariando boas práticas gerenciais e de Tecnologia de Informação.

● "Os sistemas de bilheteagem eletrônica vêm sendo implantados progressivamente em diferentes regiões do Estado, contudo, a regulamentação desta implantação tem sido feita de forma padronizada. Já foram realizadas reuniões entre a administração do Setuf e a Gerência de Tecnologia da Informação deste órgão para a transferência digital dos dados das respectivas linhas."

A Notícia Notícias 12

“O desafio do diagnóstico”

Saúde / Doenças raras / Diagnóstico / Síndromes / Gabriela Guilabel / Joinville / Ministério da Saúde / Cristina Venturini / PNPT1 / Hipotonia / Blog / Instagram / Facebook / Margareth Carreirão / Associação Catarinense de Mucopolisacaridose e outras doenças raras / Acamu / Programa Nacional de Triagem Neonatal / SC / Contra a doença, o amor / Universidade Federal de Santa Catarina / UFSC / Louise Lapagesse Pinto / Infância / Erros inatos do metabolismo / Hospital Infantil Joana de Gusmão / Florianópolis /

SAÚDE | DOENÇAS RARAS

O desafio do diagnóstico

Pacientes com síndromes pouco conhecidas levam em média 4,8 anos até identificar problema



COMPARTILHAMENTO

Pais de Gabriela decidiram criar um blog para trocar informações sobre a doença da menina, o terceiro caso no mundo

NARINE WENZEL

Gabriela Guilabel nasceu em setembro de 2011, em Joinville. Já nos primeiros meses de vida, começou a apresentar sintomas como espasmos musculares e dificuldade nos movimentos. Foram necessários dois anos de consultas até ter o diagnóstico preciso da doença – o caso foi o terceiro identificado no mundo.

Como a família de Gabriela, hoje com três anos, outros milhões de pacientes enfrentam dificuldades de encontrar diagnóstico. Estimativas do Ministério da Saúde apontam que cerca de 6% da população brasileira tem alguma doença rara. Esse conjunto de 13 milhões de pessoas engloba em torno de 7 mil doenças que já foram diagnosticadas como raras, ou seja, aquelas que afetam até 65 pessoas a cada 100 mil habitantes.

A mãe da menina, a advogada Cristina Venturini, conta que foram necessários três diagnósticos equivocados e muita persistência para chegar a um veredicto do que a filha tinha: deficiência combinada da fosforilase oxidativa

13, fruto da alteração de um gene chamado PNPT1.

– Ela apresentava hipotonia (diminuição do tônus muscular e da força) e espasmos musculares e não se encaixava em nenhuma doença conhecida. Depois que tivemos o diagnóstico, o médico falou que não sabe o que vai acontecer, porque não tem como comparar com nenhum caso no mundo.

Apesar de não ter tratamento ou medicação para o caso, Gabriela passa por sessões de fisioterapia, terapia ocupacional, estimulação visual e fonoaudiologia e já apresenta melhoras cognitivas. Ela tem atraso no desenvolvimento motor e intelectual e não fala ou anda. Uma das maiores dificuldades de Cristina é o acesso à informação.

– Ela era diferente dos filhos dos nossos amigos e tinha dificuldade em trocar experiências – conta Cristina.

Para driblar isso, ela e o marido criaram blog, Instagram e página do Facebook (www.meujanogabriela.com.br). Assim podem compartilhar um pouco da

experiência ao lidar com a doença raríssima de Gabriela, porém com a comum angústia de todos pais de crianças com deficiência e ainda de primeira viagem.

Margareth Carreirão, presidente da Associação Catarinense de Mucopolisacaridose e outras doenças raras (Acamu), sabe a importância do compartilhamento de informação. O filho Eduardo foi diagnosticado aos seis anos com mucopolisacaridose do tipo 1. Além de Eduardo, hoje com 26 anos, outros 23 catarinenses têm a mesma doença. O diagnóstico tardio deixou o filho de Margareth cego, mas aos poucos ela pretende mudar essa realidade.

– Os pacientes só conseguem acesso ao tratamento por via judicial. Nosso maior esforço é o Programa Nacional de Triagem Neonatal, que aqui em SC só engloba cinco doenças raras – afirma Margareth, que lançou em 2014 o livro *Contra a doença, o Amor*.

Ela realiza ainda um trabalho junto a acadêmicos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) para trazer à tona informações sobre doenças raras.



Realizar o diagnóstico precoce de uma doença rara é fundamental para permitir o adequado encaminhamento.

LOUISE LAPAGESSE PINTO, especialista em Erros Inatos do Metabolismo

Atendimento na infância é fundamental

Louise Lapagesse Pinto, especialista em Erros Inatos do Metabolismo e mestre em Genética e Biologia Molecular, atua como geneticista há 13 anos. Ela atende todas as semanas pacientes com doenças raras no Serviço de Genética do Hospital Infantil Joana de

Gusmão, em Florianópolis.
– Realizar o diagnóstico precoce de uma doença rara é fundamental para permitir o adequado encaminhamento para as possibilidades terapêuticas e garantir o aconselhamento genético – reforça a profissional.

Notícias do Dia
E-mails e cartas
"Terceira idade"

Terceira idade / NET / UFSC / Curso de computação / Utilidade pública /
Ernani Vilela

Terceira Idade

Aproveito seu democrático espaço para fazer um comentário de utilidade pública: tentei entrar em dois cursos para terceira idade na NET/UFSC. Mal informado por telefone, fui à data marcada para fazer a inscrição. Pois bem, o número de pretendentes é muito maior que o número de vagas, além disso, não aceitam quem já tem embasamento no curso de computação. Assim sugiro: a) quando telefonarem, os candidatos devem ser esclarecidos; e as atendentes não devem marcar entrevistas indevidas; b) como o número de candidatos é enorme, a UFSC deveria cogitar na ampliação do número de vagas.

Ernani Vilela

Notícias veiculadas em meios impressos, convertidas para o formato digital, com informações e opiniões de responsabilidade dos veículos.

CLIPPING DIGITAL

Notícias dia 07/03/2015

[Leitores comentam situação da dengue no Estado de São Paulo](#)

Notícias dia 09/03/2015

UFSC abre as portas para o começo do semestre com campanha contra o trote

Japonês é o novo curso de idiomas da UFSC

Quando menos se espera, recorre-se à teoria da imprevisão (parte 2)

Governo estadual apoia estudo da Fapesc sobre fadiga em ciclistas e triatletas

UFSC divulga 5ª chamada do vestibular

Governo estadual apoia estudo sobre fadiga em ciclistas e triatletas

Auditoria do TCE aponta 22 irregularidades no transporte intermunicipal na grande Florianópolis

Confusão e tumulto marcam o reagendamento de consultas no hospital Universitário de Florianópolis

5ª chamada do Vestibular 2015 da UFSC já pode ser conferida